

Efeitos de sentidos dos verbetes “colonizador” e “colonizadora” nos relatos sobre a colonização de Sinop

Meaning effects of the “colonizer” and “colonizing woman” entries on the reports about the colonization of Sinop

Keila Rejane Warmling*
UNEMAT

Silvia Regina Nunes**
UNEMAT

Resumo: *O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre os sentidos postos em circulação a partir dos verbetes dicionarizados colonizador e colonizadora¹, bem como os modos como esses verbetes foram/são tomados em relação à historiografia Sinopense. Nesse sentido, ao articular a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso materialista, refletimos sobre os instrumentos linguísticos não apenas em sua função metalinguística, mas na relação com a historicidade. Assim, constatamos que a ausência da marcação do gênero feminino nos dicionários e o não-uso do termo colonizadora para designar a mulher-empresendedora atestam as assimetrias que sempre permearam as questões de gênero.*

Palavras-Chave: *Colonização, Discurso, Mulher.*

Abstract: *The present work had as objective to reflect on the senses put in circulation from the dictionary entries colonizer and colonizing*

woman, as well as, the ways in which these entries were / are taken in relation to the Sinopense historiography. In this sense, when articulating the History of Linguistic Ideas and Materialist Discourse Analysis, we reflect on linguistic instruments not only in their metalinguistic function, but also in relation to historicity. Thus, we found that the absence of marking of the feminine gender in the dictionaries and the non-use of the term colonizer to designate women-entrepreneurs attest to the asymmetries that have always permeated gender issues.

Keywords: Colonization, Discourse, Woman.

1. Introdução

Pensar o funcionamento da linguagem é pensar, inevitavelmente, na língua enquanto produto de uma historicidade. Aliás, conforme nos aponta Orlandi (2015), a língua só faz sentido porque se inscreve na história. Nessa direção, ao articular as discussões que permeiam o campo teórico da *História das Ideias Linguísticas* (HIL) com a *Análise de Discurso materialista*, buscaremos, a partir dos dicionários e dos relatos sobre o processo de (re)ocupação da cidade de Sinop, compreender os efeitos de sentido e o funcionamento dos termos *colonizador* e *colonizadora*.

Nesse sentido, importa-nos refletir sobre questões que envolvem os estudos de gênero², uma vez que buscaremos compreender o modo como homens e mulheres (os/as ‘pioneiros/pioneiras’ do processo de colonização) foram retratados pela mídia, ou seja, os sentidos historicamente constituídos que refletem nas narrativas. Destacamos que ao tomarmos como material de linguagem os dicionários e a historiografia da colonização local, não pretendemos pensá-los enquanto espaço da *completude*³ ou da literalidade dos sentidos, mas, sobretudo, como um espaço linguístico-discursivo a ser interpretado.

No caso da mídia impressa, representada pelos relatos que dizem sobre Sinop, há que se considerar que há uma memória que se ancora no ideal em que a essência do jornalismo é a (in)formação. No que diz respeito aos dicionários temos a representação da completude, de uma língua homogênea e sem falhas. Assim, ressaltamos que nossas

reflexões, ao pensar a historicidade no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos, vão em desencontro a esses conceitos. Assim, procuraremos, a partir das condições históricas de produção do dizer, observar como os sentidos foram/são construídos.

2. Considerações sobre a memória discursiva

Ao propormos refletir sobre a memória e sua relação com a língua(gem), enfatizamos a necessidade de pensar na produção discursiva enquanto um trabalho de (re)produção e (re)atualização de dizeres. Assim, compreendemos que todo discurso (re)surge a partir de formulações materializadas em um contexto linguístico/enunciativo, cuja espessura histórica, mobiliza-se nos entornos da memória.

Nesse sentido, Orlandi afirma que compreender o funcionamento dos discursos “é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza [...] e o da memória constituída pelo esquecimento, que é o que torna possível o diferente, a ruptura [...]” (ORLANDI, 2015, p.08). A autora ainda nos diz que os discursos produzidos em contextos específicos fixam-se como memória por meio da repetição. A memória, no entanto, ao ser deslocada pelo esquecimento permite uma grande mobilidade de novos sentidos e, conseqüentemente, de (re)definições desses sentidos, apontando para o fato de que todo dizer se constrói sobre um *já dito*, logo:

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Assim, é pela memória que o discurso vai se (re)fazendo, ou seja, os sentidos não estão fixados nas palavras, mas são historicamente determinados, estabelecendo relações com outros dizeres. De acordo com Orlandi (2003), é pela memória discursiva que o discurso vai se constituindo, funcionando pelo *esquecimento* ou pelo *dever de lembrar*. Esse *dever de lembrar* por sua vez, se caracteriza, segundo a autora,

como *arquivo* ou *memória institucionalizada*. Ou seja, há um efeito de fechamento, de estabilização de sentidos que se fixam sobre aquilo que pode, ou melhor, que deve ser dito. Na perspectiva pecheutiana, é possível imaginar o arquivo como lugar documental, lugar no qual se encontram documentos a serem lidos, documentos que clamam por gestos de leitura. De acordo com o autor, o arquivo “é entendido, no sentido amplo, como ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). É importante ressaltar que o arquivo do qual falamos não se trata de algo físico, palpável, concreto, mas, sobretudo, como constituinte daquilo que não é constante, fixo, estável. Assim, ao pensarmos no discurso jornalístico circulado no período da colonização, é possível perceber certas irrupções que acontecem na língua, pelos efeitos de esquecimento e permanência.

Se por um lado temos o arquivo documental/testemunhal – significado pelo jornalismo-instituição, que alimenta a ilusão de literalidade, de transparência da linguagem, pelo ‘dever de informar’, por outro lado, temos os dicionários que significam como uma memória institucionalizada ou *memória de arquivo*, sendo esta definida por Zoppi-Fontana como aquilo que “estrutura-se pelo não esquecimento, pela presença, pelo acúmulo, pelo efeito de completude” (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 185).

Neste estudo, tomamos os dicionários – ‘instrumentos linguísticos’ – como denomina Auroux (1992) – como parte da relação com a sociedade e com a história e, portanto, como aquilo que se transforma em “objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com as instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 08). Portanto, para além dessa significação meramente dicionarizada, buscaremos compreender os sentidos dos termos a partir dos discursos midiáticos que narram o processo de (re)ocupação da *Gleba Celeste*⁴ – em que focaremos na cidade considerada como *pólo-regional*, Sinop-MT.

Nesse contexto, gostaríamos de refletir não apenas o modo como os jornais, através de um discurso idealista e utópico, criaram uma imagem para o *colonizador*, sendo este tomado pelos discursos enquanto o *braço forte*, o *destemido*⁵, mas, sobretudo, o modo como estes discursos silenciaram o papel da mulher, em um efeito possível, no processo de

(re)ocupação desse espaço. Assim, pretendemos compreender como os termos *colonizador* e *colonizadora* circularam nos dicionários, de tal modo que, a partir dos verbetes, buscaremos estabelecer relação com a historicidade e com a forma como estas palavras circularam na mídia impressa e na historiografia local.

3. O funcionamento do dicionário na relação do sujeito com a língua

Ao pensarmos o funcionamento dos dicionários, entendemos que estes situam-se no campo da completude, daquilo que seria acessível em seu ‘todo’, e que, portanto, figuraria como a representação da realidade. Desse modo, “compreender como os dicionários funcionam é compreender como são praticadas as políticas da língua” (ORLANDI, 2000, p. 97).

Refletir sobre o processo de constituição da língua portuguesa falada no Brasil é entender que houve uma política de silenciamento de outras línguas durante o período de colonização das terras brasileiras pelos portugueses. Nesse sentido, Mariani contribui com nossas reflexões ao afirmar que “no processo colonizador, circulam essas imagens sobre as línguas [...] que se defrontam em condições de produção tais que uma dessas línguas, chamada de língua colonizadora, visa impor-se sobre a(s) outra(s) colonizada(s) (MARIANI, 2003, p.74)”.

Nessa direção, ressaltamos que, para a metrópole portuguesa, prevalecia a ideologia do *déficit*, ou seja, na ótica do colonizador os povos colonizados se encontravam em desvantagem linguístico-cultural, sendo tomados pelos discursos dos viajantes/colonizadores como povos não civilizados.

Auroux (1992) define a *gramatização* como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). Para tanto, compreendemos o processo de gramatização como um efeito desse desejo de unidade linguística. De acordo com Orlandi “a representação fiel do dicionário nos dá uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas. Do mesmo modo, o dicionário parece não ter ideologia, sendo ‘neutro’” (ORLANDI, 2000, p. 102),

Assim, ao tomarmos os verbetes dicionarizados *colonizador/colonizadora*, bem como a mídia que narra o processo de colonização da cidade de Sinop, observamos o funcionamento da *memória discursiva* – conceito discutido pela Análise de Discurso materialista – e, assim, articulando-se com a História das Ideias Linguísticas (HIL), buscamos compreender, a partir dessa materialidade linguística, os modos com a língua produz sentido, não apenas enquanto função metalinguística, mas, sobretudo, em seu funcionamento/historicidade.

Nesse sentido, a noção de *incompletude da linguagem* também fora contemplada na compreensão de nosso material, tendo em vista que os traços da memória histórica materializam-se na língua como efeitos de sentido que, no momento da formulação, dada as condições de produção – o contexto imediato e o contexto histórico-ideológico – são colocados em funcionamento. Portanto, os sujeitos se (re)fazem e se significam no ato da enunciação, e estão sujeitos à falha, ao equívoco.

Ao conceito de *incompletude*, incorpora-se ainda, o conceito de *Real da Língua*, utilizado para expressar esse *não-todo* que é próprio do discurso e que o constitui. O sentido literal dado pelos dicionários e pelas gramáticas e que forjam uma noção de ‘completude’ nada mais é que um construto histórico, ou seja, um *efeito*.

Assim, a sistematização da língua, que aponta para esse *efeito de completude*, garante ao sujeito que ele se constitua e se apresente como coerente e transparente. Portanto, pensar a história da gramática e suas regras, principalmente no que tange ao conceito de ‘falar corretamente’, é pensar também na existência de um sujeito que se apresenta como dono de si, um sujeito que determina o que diz, ou seja, um sujeito consciente.

A Análise de Discurso, por um lado, trabalha com o conceito de *real da língua*, enquanto traço da incompletude e da não-sistematicidade, logo, enquanto espaço que permite pensar a contradição, os lapsos, as falhas – que são materialidades do próprio discurso. Por outro lado, temos a gramática, cujas acepções tendem a forma estruturante da língua, em que o discurso é tomado enquanto um instrumento límpido do pensamento e um reflexo da realidade. De acordo com Souza:

É pela gramática que se chega ao ideal de completude, o que se opera por elementos

gramaticais sintaticamente categorizados: sujeito, predicado, agente, paciente, causa, efeito. À medida que essas categorias estruturam uma sentença, obedecem a pressupostos conceituais a partir dos quais o mundo enunciado na sentença deve aparecer como logicamente estável (SOUZA, 2011, p. 85, grifos nossos).

Ainda, de acordo com o pesquisador, temos nesse caso, o que Orlandi (2003) denomina de *Real da Gramática*, ou seja, é o que possibilita que o mundo exista como um “efeito de estrutura lógico-gramatical da linguagem [...] o mundo é o que é gramaticalmente possível [...] Fora da linguagem vinculada à história, o sujeito e o mundo não existem” (ORLANDI *apud* SOUZA, 2011, p. 85).

Para a Análise de Discurso, essa pretensão de unidade e de coerência, conforme proposto pelo processo de gramatização, é apenas imaginário, pois o real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, a contradição.

Assim, quando nos propomos a refletir sobre o dicionário em sua relação com essa representação da língua, “estamos menos interessados em seu autor [...] e mais no fato de que esse instrumento linguístico é lugar de construção de memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado” (ORLANDI, 2000, p. 98).

Nessa direção, tomamos as considerações de Nunes a fim de compreender o dicionário como discurso:

[...] Considerar o dicionário como um discurso conduz a questionar a evidência das nomenclaturas e das definições e a compreendê-las como produzidas por e para sujeitos em certas circunstâncias. A língua construída pelo dicionário não é a língua ‘fluida’, a língua efetivamente praticada pelos sujeitos, ela é uma representação dessa língua; portanto, é uma ‘língua imaginária’ fixada na história. [...] *Ao selecionar as palavras e os modos de dizer de uma sociedade, o dicionário é um dos materiais mais pertinentes para se conhecer as significações que circularam em uma determinada época* (NUNES, 2008, p. 359-360, grifos nossos).

Portanto, entendemos que na medida em que o dicionário deixa de significar apenas como monumento à língua para ser tomado enquanto um instrumento linguístico produzido na história, ele apresenta-se como o espaço de circulação de uma memória histórico-social. Nesse sentido, pensar sobre os termos *colonizador* e *colonizadora*, não apenas pelos dicionários, mas também em circulação na mídia e na historiografia que diz sobre o período de (re)ocupação da Gleba Celeste, nos permite compreender a historicidade enquanto mecanismo fundamental para a produção dos sentidos postos em circulação.

4. Movimento de sentidos sobre o verbete colonizador(a)

Para análise e compreensão dos termos *colonizador* e *colonizadora* utilizamos os seguintes dicionários: *Magno – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1995)*, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001)* e *Gama Kury – Minidicionário de Língua Portuguesa (2010)*. Além disso, consultamos três dicionários *online*: *Dicionário Aurélio de Português*, *Dicionário Michaelis* e *Dicionário Caldas Aulete*.

De antemão, gostaríamos de ressaltar que os três dicionários impressos consultados não trazem o verbete *colonizadora*, apenas o verbete *colonizador*, sendo este destacado pelos três dicionários como “adjetivo ou substantivo masculino”. Em relação aos dicionários *online*, apenas um deles traz a definição para o termo: o *dicionário Aurélio*.

Vejamos então, como os dicionários impressos trazem os verbetes de significação do termo *Colonizador*:

Magno – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa⁶.

COLONIZADOR, adj. e s.m. Aplica-se à pessoa que coloniza, que desenvolve a colonização.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa⁷.

COLONIZADOR \ô\ *adj. s. m.* (a1836) que ou o que coloniza; que ou aquele que estabelece e explora colônias.

Gama Kury – Minidicionário de Língua Portuguesa⁸.

COLONIZADOR adj. e s.m. Que ou quem promove a colonização.

Vejam agora, o modo como os dicionários *online* significam a palavra *Colonizador* e também, o modo como o dicionário Aurélio (*online*) define o termo *Colonizadora* – já que este é o único dicionário que traz a definição para o termo:

Dicionário Aurélio de Português Online

Colonizador / co.lo.ni.za.dor – Significado de Colonizador:

1 - Que ou aquele que coloniza.

Logo em seguida, o dicionário também traz a forma como a palavra deve ser pronunciada. Isso se dá através de um elemento gráfico (ícone, *link*) em que a pessoa clica e a palavra é pronunciada.

Logo abaixo na página de acesso a este dicionário, ainda temos a seguinte formulação “Em todos os tempos verbais”, seguido das palavras: “Colonizadora, Colonizadoras, Colonizadores”, sendo que estas palavras estão postas igualmente sob a forma de *link*. Assim, ao clicar na palavra *Colonizadora*, temos o seguinte significado:

1 - Que ou aquele que coloniza.

Dicionário Michaelis Online

Colonizador / co.lo.ni.za.dor / adj sm

1- Que ou aquele que coloniza (participa do processo de colonização como colono) ou estabelece uma colônia.

2- Diz-se de ou aquele que (pessoa, país, regime etc.) explora uma colônia.

ETIMOLOGIA

(*der do part de colonizar+or, como fr colonisateur*)

Dicionário Caldas Aulete Online (Aulete Digital)

Verbete atualizado

(co.lo.ni.za.dor)

[ô]

sm.

1. Pessoa que coloniza.

2. Que coloniza, que promove colonização.

[F.: coloni zar- + -dor.]

Verbetes Original

Adj. e s. m. || que promove colonização: Haviam os cartagineses sucedido no espírito *colonizador* e mercantil a seus avoengos, os fenícios. (Lat. Coelho, Vasco da Gama , I, c. 6, p. 70, ed, 1882.)
Figuram-se-lhe mal seguros os seus planos de *colonizador*.
(Xavier Marques, Pindorama, II, c. 1, p. 88, edição 1907.) F.
Colonizar.

Assim, ao refletirmos sobre o funcionamento dos dicionários, tanto no que diz respeito aos dicionários *online* quanto aos impressos, apontamos para o fato de que embora derivada do verbo *colonizar* (que é um ato/ação que pode ser praticado tanto pelo masculino quanto pelo feminino), a palavra *colonizadora* não aparece nos dicionários.

Uma das hipóteses que justifica essa não-ocorrência é o fato de que o dicionário toma o verbo com a *mesma significação*, ou seja, como se fossem equivalentes feminino/masculino, sendo apenas uma questão do próprio leitor/pesquisador (durante a consulta ao dicionário) adequar ao gênero. Ao procurarmos por um verbo no feminino – no dicionário *online* - ele apresenta a palavra com a seguinte definição: “feminino de ‘x’ – sendo ‘x’ uma palavra no masculino”. Isso nos leva a entender, em um sentido possível, que o significado original e/ou correto seria no masculino – o que inviabiliza, nessa tentativa de estabilidade de sentidos, a possibilidade do feminino se inscrever por essa via, pois este só se inscreve pela mera flexão de gênero que o dicionário traz e não por sua atuação enquanto sujeito.

Observamos, no entanto, que em alguns verbetes os dicionários trazem a flexão de gênero, tais como: professor/professora, presidente/presidenta, advogado/advogada.

Assim, ao refletirmos sobre esse mecanismo de ter ou não o verbo flexionado na forma feminina, observamos que àqueles verbetes que trazem a significação para o feminino (tais como os mencionados acima: professora, presidenta, advogada) possuem uma relação que não seria ‘apenas uma questão de adequar ao gênero no momento da leitura’, ou seja, significam diferentemente. Vejamos como exemplo o verbo *advogado* e *advogada* (utilizamos o dicionário *Michaelis Online*):

Advogado¹ / ad-vo-ga-do / adj

1- Diz-se de causa que se advogou.

Advogado² / ad·vo·ga·do / sm

1- Profissional graduado em direito ou provisionado e legalmente habilitado que orienta e assiste juridicamente a quem o consulta e age em juízo ou fora dele: “[...] tratou muito de si; [...] da sua profissão de advogado, profissão que ele exercia com entusiasmo [...]” (AA2).

2- Pessoa que defende e protege alguém ou alguma coisa; defensor, patrono, protetor.

3- Pessoa que intercede e atua como mediador em litígios, discussões etc.

Advogada / ad·vo·ga·da / sf

1- Mulher que exerce a advocacia.

2- A Virgem Maria, considerada intercessora da humanidade junto a Jesus Cristo.

Logo, podemos perceber que o verbete *advogada* não significa apenas como o feminino de *advogado*. *Advogada* não está relacionada apenas a mulher profissional graduada em Direito, mas também, a *Virgem Maria* (discurso religioso). Assim, embora o verbete *advogado* traga em suas definições “pessoa que defende e protege alguém [...] protetor”, isso não é suficiente para justificar-se como o *masculino de advogada*, haja vista que esse *ser protetor*, trazido na significação do termo *advogado* diz-se de um profissional graduado em Direito e não necessariamente da menção à uma figura religiosa.

Diante das discussões que travamos até aqui, julgamos relevante indagar sobre o modo como os verbetes *colonizador* e *colonizadora* significam nos dicionários. Seria apenas questão de o leitor adequar à flexão de gênero gramatical no momento da leitura?

Nos três dicionários impressos que procuramos pelo verbete *colonizador*, observamos a definição como “adjetivo ou substantivo masculino (adj; s.m.)”, no entanto, o dicionário *Magno* (1995) ao definir *colonizador* como “[...] à *pessoa que coloniza*” nos aponta para uma indeterminação desse sujeito responsável pela colonização, que se dá pelo uso do termo “pessoa”, logo, poderia ser masculino ou feminino. O mesmo ocorre no dicionário *Gama Kury* (2010) e no dicionário *Magno* (1995). Ambos trazem no verbete a informação

“adjetivo ou substantivo masculino”, no entanto, traz como definição para *colonizador*: “*que ou quem promove a colonização*”, logo, o termo “quem” trata-se de um pronome indefinido (qualquer pessoa, alguém). O termo “que”, por sua vez, é considerado um ‘relativo universal’ podendo substituir pessoa ou coisa e desempenhar função de sujeito, independente de gênero. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) traz a definição para *colonizador* como “*que ou o que coloniza; que ou aquele que estabelece e explora colônias*”, logo, embora fazer uso do relativo “que” (universal) parece-nos que o único sentido possível seria o masculino, visto que para significar também como feminino deveria ter como definição “*que ou a que coloniza; que ou aquela que estabelece e explora colônias*”.

Nos dicionários *online*, apenas o *Caldas Aulete* traz a definição para *colonizador* como “pessoa que coloniza”, os demais também utilizam “que ou **aquele** que coloniza”. O que gostaríamos de destacar, no entanto, é o modo como o único dicionário que traz a palavra *colonizadora*, ou seja, que traz a marcação de gênero gramatical feminino – falamos aqui do *dicionário Aurélio Online* – define:

Colonizadora / fem. sing. de colonizador –

Significado de **Colonizadora**:

1 - Que ou *aquele* que coloniza.

Assim, ao observarmos o verbete que define *colonizadora*, apontamos para o fato de que não há, nesta definição, a marcação de gênero gramatical feminino, uma vez que, pelas convenções gramaticais, um *substantivo feminino* não pode ser definido como “que ou *aquele*. Por tratar-se da definição para *colonizadora* (*mulher*), implicaria em dizer “*a que* ou *aquela*”.

Desse modo, compreendemos que embora houvesse a tentativa de definir o gênero gramatical feminino no dicionário *Aurélio Online*, esse mecanismo refletiu apenas uma cópia idêntica da formulação *colonizador*.

Voltamos a indagação posta anteriormente: como significa a relação entre os verbetes *colonizador/colonizadora* nos dicionários, nos recortes retirados de jornais e na historiografia local? Vejamos os relatos que circularam em jornais impressos durante o período de fundação da cidade de Sinop – MT:

[1] Além do entusiasmo pelo trabalho e do know how adquirido em quase trinta anos de atividades no setor, um dos segredos do sucesso da **colonizadora** Sinop S.A. na aplicação de seus projetos de colonização agrícola na Amazônia reside no fato de haver abandonado, como nocivas, todas as formas de paternalismo em relação ao lavrador. (Jornal O Globo, 24 de outubro de 1973, grifos nossos).

[2] Em seu pronunciamento, além da mensagem pessoal do presidente Ernesto Geisel, de estímulo e apoio ao empreendimento que vem sendo desenvolvido pela **colonizadora** SINOP na região, o titular do Ministério do Interior realçou que não há outra forma de se desenvolver esse imenso País e esta imensa região, senão através de uma participação perfeita, uma integração absoluta entre o governo, o povo e a iniciativa particular. (Jornal Correio da Imprensa, Cuiabá – 17 de Setembro de 1974, grifos nossos).

[3] O Sr. Ênio Pipino, diretor da **colonizadora** SINOP, fazendo uso da palavra no decorrer das solenidades, disse que nesta inauguração há muito que se dizer no sentido da conjugada vontade do povo e do governo do Brasil de realizar, pacificamente, a maior conquista que os brasileiros poderiam concretizar no contexto de 400 anos de nossa história. (Jornal Correio da Imprensa, Cuiabá – 17 de Setembro de 1974, grifos nossos).

[4] Com mais de 25 anos de existência e larga experiência de atividades no Noroeste do Paranaense, a **colonizadora** Sinop, depois de fundar cerca de duas dezenas de cidades, atendeu ao apelo do Governo Federal, incorporando-se na luta pelo povoamento da Amazônia e do Centro Oeste do País. (Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, 25 de maio de 1975, grifos nossos).

Desse modo, ao observarmos os recortes dos relatos jornalísticos que circularam no período fundacional da cidade, enfatizamos que o uso da expressão *colonizadora* não significa como o *feminino de*

colonizador (no sentido de ter uma mulher à frente dos projetos de colonização) e sim, como a *empresa imobiliária* que fundou a cidade. Assim, ao refletirmos sobre a relação estabelecida entre:

- 1 – Colonizador (homem) X Colonizadora (mulher);
- 2 – Colonizador (homem) X Colonizadora (empresa);
- 3 – Colonizadora (mulher) X Colonizadora (empresa);

Entendemos que, para os relatos jornalísticos, as assertivas 1 e 3 não se confirmam enquanto possibilidades de significação, tendo em vista que a palavra *colonizadora* fora utilizada somente para fazer referência a empresa imobiliária, a SINOP S.A. Nesse sentido, julgamos relevante pensar nos sentidos postos em funcionamento nesse processo, afinal, se *colonizadora* não representa o feminino de *colonizador*, como seria então designada a mulher que estivesse à frente dos projetos de colonização? Ou não haveria mulheres nesses empreendimentos?

Assim, buscamos nos relatos jornalísticos impressos apreender o modo como a “colonizadora” Nilza de Oliveira Pipino (MULHER e não empresa imobiliária) era designada. Para tanto, destacamos a seguinte imagem:

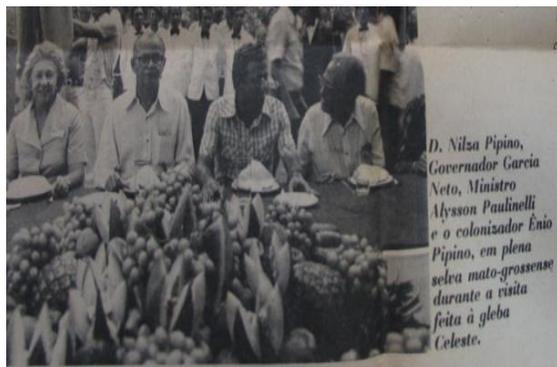


IMAGEM 01: Retirada do Jornal *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 de maio de 1975. (Legenda da foto: D. Nilza Pipino, Governador Garcia Neto, Ministro Alysson Paulinelli e o colonizador Ênio Pipino, em plena selva mato-grossense durante a visita feita à gleba Celeste).

Como podemos observar, para aquela que seria a *colonizadora*, no caso, a pessoa/mulher e não a empresa imobiliária, o tratamento é *Dona*

Nilza. Enquanto a referência que se faz a Ênio Pipino (marido de Nilza) é *Colonizador*.

Nesse aspecto, acrescentamos, ainda, que esse modo de não concebê-la enquanto *mulher colonizadora* aparece também em outros meios de circulação, tais como nos relatos de historiadores e em propagandas/folhetins/revistas postas em circulação pela própria empresa imobiliária, a SINOP S.A.

Em obras da historiografia local, publicadas já nesta última década, e, portanto, mais recentes, observamos a preocupação em inserir a mulher nesse contexto de empreendedorismo. No entanto, embora os autores vislumbrem essa necessidade de dar visibilidade ao trabalho desempenhado pela mulher, ainda é possível visualizar as marcas dos discursos patriarcais e, conseqüentemente, os modos como, historicamente, foram constituídos os sentidos de inferioridade que se refere ao trabalho realizado pela mulher.

Assim, embora haja a tentativa de inserir a mulher-colonizadora nas obras, tais como ocorre em *Raízes da História de Sinop* (2011) em que o autor traz uma fotografia de Nilza de Oliveira Pipino (colonizadora-mulher) na capa do livro (ao lado dos dois colonizadores-homens: João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino) ou no modo como ele a traz no *Atlas Histórico e Geográfico de Sinop* (2014) na sessão nomeada como *Personagens Marcantes da História de Sinop* (novamente ao lado dos dois colonizadores-homens), ou ainda, em fotografia intitulada *Os Idealizadores da Cidade de Sinop* (*idem*, 2014), percebemos que, em nenhum momento a colonizadora Nilza de Oliveira Pipino (mulher) é nomeada enquanto *colonizadora*, ao contrário do que ocorre com os '*personagens marcantes*', '*idealizadores*', João Pedro Moreira e Ênio Pipino, ambos nomeados como *colonizador*.

Desse modo, entendemos que, embora haja nas obras mais recentes, a tentativa de dar visibilidade a importância da mulher nos projetos de colonização, a não-definição dessa mulher enquanto *colonizadora* revela aspectos de uma historicidade. Historicidade esta que ditou os lugares, os espaços a serem ocupados pelas mulheres, de tal modo que, ao sexo feminino não cabia/cabe a nomeação *colonizadora*. E são nessas *condições de produção*⁹ que os dicionários são (re)produzidos, o que explica a ausência do verbete com marcação da flexão de gênero gramatical feminino.

Na obra *Raízes da História de Sinop* (2011) de autoria do professor historiador Luiz Erardi, ao narrar a biografia dos colonizadores dirigentes da SINOP S.A.): Ênio Pipino, João Pedro Moreira de Carvalho e Nilza de Oliveira Pipino, o escritor traz a fotografia destes colonizadores, cuja legenda destaca: “Colonizador Ênio Pipino”, “Colonizador João Pedro Moreira de Carvalho” e por fim “Nilza de Oliveira Pipino – Esposa do Colonizador Ênio Pipino”. Vejamos:

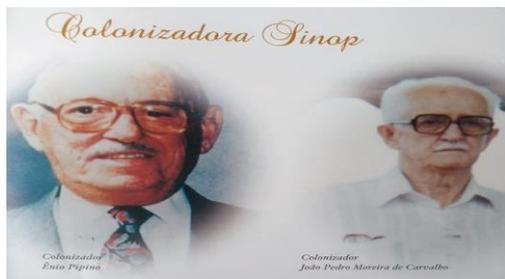


IMAGEM 02: Retirada da obra *Raízes da História de Sinop*, 2011.

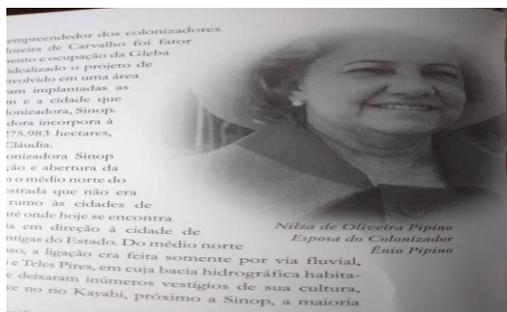


IMAGEM 3: Imagem retirada da obra *Raízes da História de Sinop*, 2011.

Nesse sentido, julgamos relevante pensar nos matizes de sentido que apontam para os discursos patriarcais, em que os *mecanismos ideológicos* colocam em ‘evidência’ que a mulher nasceu para ocupar determinados papéis sociais. Assim, a questão da formação e significação das palavras, dos verbetes dicionarizados, não são alheios ao contexto histórico e ideológico em que foram/são produzidos. Aliás, de acordo com Oliveira:

Nada na língua é por acaso e o que parece ser apenas uma questiúncula gramatical revela algo

mais importante: a necessidade de visibilidade feminina, uma vez que as mulheres e a cultura por elas construída foram ocultadas pela segregação social e política (OLIVEIRA, 2016, p. 38).

Nessa direção, pensando nas relações estabelecidas pelo patriarcalismo, enfatizamos ainda um dos relatos circulados pela revista da colonizadora SINOP em comemoração aos 65 anos de existência da empresa. Na sessão “personagens” há um espaço dedicado a Nilza de Oliveira Pipino, em que a mesma é designada novamente como “esposa do colonizador Ênio Pipino”. Assim, embora Nilza sempre estivesse ao lado do marido em todas as empreitadas, atuando nas áreas de assistência social e educacional, cooperando na fundação e colonização de todas as cidades idealizadas pelo grupo SINOP S.A., bem como, atuando como Diretora dessa empresa imobiliária – sendo ela a responsável pela administração financeira da empresa, Nilza só aparece relatada nos jornais e nas obras da historiografia local como ‘Dona Nilza’ ou ‘Esposa do Colonizador’.

Na fotografia abaixo, retirada do site *Museu Histórico de Sinop* também observamos, através da legenda da imagem *Colonizadores João P. M. de Carvalho e Ênio Pipino e esposas*¹⁰, essa relação em que a mulher é significada a partir da figura masculina, ou seja, do marido empreendedor:



IMAGEM 4: Retirada do site *Museu Histórico de Sinop*, disponível em <<http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?p=631>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

No *site online* do Museu Histórico de Sinop também procuramos no campo destinado a *pesquisa*, pelos nomes dos colonizadores. Ao procurarmos por *João Pedro Moreira de Carvalho* ou por *Ênio Pipino*, aparece o *link* intitulado *Colonizador Ênio Pipino* e, igualmente, o *link* intitulado *Colonizador João Pedro Moreira de Carvalho*. No entanto, ao procurarmos pelo nome de *Nilza de Oliveira Pipino*, aparece alguns *links* que fazem referência as solenidades de inauguração e festividades da Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino¹¹. De acordo com a *Revista do Grupo Sinop* (2013) “não existe um lugar colonizado por Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho em que o nome de Nilza de Oliveira Pipino não esteja presente e eternizado em escolas, ruas e praças”. Assim, Nilza era homenageada, mas não reconhecida enquanto colonizadora.

Ainda em relação ao *site*, ao digitarmos no campo de pesquisa a palavra *colonizadores*, aparecem os *links* que remetem a fotografia dos dois *colonizadores-homens*: João Pedro e Ênio. Na *Revista do Grupo Sinop* (2013), no entanto, observamos a relevância que a *colonizadora* Nilza (não nomeada como tal) teve enquanto mulher-empresendedora do setor imobiliário. A revista traz alguns depoimentos que relatam como a não-designada colonizadora Nilza atuava, dentre os quais, o depoimento do sobrinho de Nilza: Enio Pipino Sobrinho (funcionário administrativo da SINOP S.A), o depoimento de Luis Otávio (conselheiro do grupo SINOP) e o depoimento de Ulrich Grabert (topógrafo responsável pela abertura da Gleba), respectivamente:

Se o seu Ênio, como era muito rápido, tomava uma decisão e não falava para a dona Nilza, ela dizia: - Ênio, Ênio, Ênio, você está indo longe demais. Não é melhor pensar de novo? Aí ele respondia: - “Ô Nilzinha, poxa vida, agora já fiz. Conserta você!”, lembra, acrescentando que o seu Ênio era um trator. Ia fazendo mesmo. E a dona Nilza ia atrás consertando e organizando as ações que ele ia fazendo. (Ênio Pipino Sobrinho, grifos nossos)

[...] O tratamento de “Enio” era somente em casa [...] A dona Nilza chamava o marido de seu Enio dentro da empresa. Olha como era a coisa: - Seu Ênio, o senhor pode assinar isso aqui? (Luis Otávio)

[...] Num tempo em que não existia computadores, impressoras e internet, ela fazia o controle do caixa da empresa contando os centavos. Ela era muito rígida e controlada com as contas. Quando abastecíamos e nem fazíamos conta de centavos, ela nos cobrava e registrava tudo corretamente. (Ulrich Grabert)

Dessa forma, constatamos que embora não haja nenhuma referência a Nilza enquanto *colonizadora*, ela foi personagem essencial para a configuração do cenário de ocupação desse espaço. E, pelo modo como ela atuava na empresa, *consertando* as falhas cometidas pelo marido, entendemos que, muito além de *esposa do colonizador*, ela se firma enquanto *empresária-colonizadora*, enquanto *mulher-empREENDEDORA*.

No que refere ao modo de tratar Ênio, ressaltamos a polidez com que Nilza se dirigia ao marido dentro da empresa, no ambiente de trabalho: *Seu Ênio*, ou ainda, como *Senhor*. Nesse sentido, destacamos que, para além do *distanciamento* que essa forma de tratamento sugere, historicamente o uso do termo *Senhor* está relacionado não apenas a uma forma respeitosa de se dirigir a alguém, mas, sobretudo, enquanto hierarquização de poder – que vai do inferior para o superior – podendo ser no contexto econômico, social, acadêmico, de sexo, profissional, dentre outros.

Assim, entendemos que as *condições históricas* que sempre permearam os discursos sobre a mulher, principalmente no que refere à subserviência em relação ao homem continuam presentes, significando. No que refere ao homem, por sua vez, observamos que os sentidos dicionarizados – digo: *aquele* que coloniza – ao passo que, não há a marcação feminina de gênero: *aquela* que coloniza – continuam latentes. Nesse aspecto, destacamos que Ênio Pipino fora relatado pelo jornalismo enquanto *O Semeador de Cidades*, e João Pedro Moreira de Carvalho enquanto *O Idealizador de Cidades*, ambos considerados como *Bandeirantes do Séc. XX*.

Além dessas, outras formas de fazer referência aos colonizadores (homens) foram recorrentes nos jornais, tais como:

[...] Violador dos sertões (Correio da Imprensa, Cuiabá, 22 de Setembro de 1974).

[...] Um novo Rondon (Diário de Cuiabá – 13 set/74).

[...] Homem que tem mania de colonizar (Diário de Cuiabá – 13 set/74).

[...] Desbravador de sertões no Paraná (Revista O Cruzeiro – 23 out/74).

[...] Pioneiro de corajosas empreitadas (Revista O Cruzeiro – 23 out/74).

Assim, para dizer da identidade norte mato-grossense criou-se a imagem do homem como o desbravador, de ‘boa posição social’, dotado de ‘bom sangue’, herdeiro da estirpe bandeirante (Zorzato, 1998). E nessa trama, ‘ser bandeirante’ não se configurava apenas como um desbravador de territórios ainda inexplorados (em sentido historiográfico), mas significava, sobretudo, enquanto personagem de um imaginário regional, (re)criado através de características heroicas.

Nessa direção, justificamos nosso interesse em trabalhar a articulação entre a História das Ideias Linguísticas (HIL) e a Análise de Discurso materialista. Ao tomarmos os verbetes dicionarizados *colonizador/colonizadora* não apenas enquanto objetos normativos da língua, mas colocando-os em relação com as discursividades do período fundacional da cidade – o que nos permite tomá-los enquanto documentos não transparentes - procuramos observar os sentidos que sempre permearam as questões relacionadas aos estudos de gênero. “Da perspectiva da HIL, gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos” (COLLINOT e MAZIÈRE *apud* NUNES, 2008, p. 110).

Ao serem estudados enquanto objetos discursivos, enfatizamos que a linguagem materializa/naturaliza uma história. Essa história, por sua vez – que se manifesta na/pela língua – revela as relações assimétricas que sempre permearam as questões de gênero. No caso específico da colonização Sinopense, observamos o quanto o espaço da mulher fora marcado enquanto *esposa do colonizador*, ao passo que, as relações de trabalho no que tangem ao ato de *desbravar, colonizar*, significaram/significam enquanto um espaço eminentemente masculino, embora (conforme visto nos depoimentos sobre a colonizadora Nilza) a mulher tenha sido fundamental nos projetos de colonização, atuando fortemente ao lado do marido.

Ao tratar da invisibilidade feminina nos compêndios gramaticais, Leitão (1981) afirma que, nesse espaço, o sexo masculino é onipresente,

enquanto as mulheres não são sequer percebidas. De acordo com a autora, essa desigualdade está marcada na própria estrutura gramatical da língua, através do uso do masculino como *forma de gênero não marcada* (grifos da autora), tal como em alguns verbetes analisados anteriormente, conforme a partícula “que” ou “quem”. Segundo ela, essa invisibilidade acontece, por exemplo, quando um determinado enunciado apresenta a ocorrência de gênero tanto masculino quanto feminino, e faz-se necessária a concordância, isto é, o adjetivo (exceto quando é uniforme) deve aparecer em sua forma masculina.

Nessa direção, Oliveira (2016) contribui com nossas reflexões ao afirmar:

o par “o gerente/a gerente”, assim como o par “o presidente/a presidente”, no lugar de serem substantivos comuns de dois gêneros, poderiam ser substantivos biformes, isto é, apresentar uma forma para o masculino (o gerente, o presidente) e uma forma para o feminino (a gerenta, a presidenta). Nesses dois casos, o processo de flexão nominal é análogo ao que usamos para formar o feminino de vocábulos como “o garoto/a garota”, “o menino/a menina”. O que apresenta estranheza e espanto e, portanto, resistência é que formas como “gerenta”, “presidenta” passaram a ser ou ouvidas e/ou escritas há bem pouco tempo [...] (OLIVEIRA, 2016, p.35)

A autora ainda destaca que o uso *genérico* da forma masculina, como ocorre por exemplo, com a palavra *homem*, utilizada para referir-se aos humanos, ou ainda, *brasileiros* para designar a nacionalidade, representa mais uma supremacia linguística do gênero masculino. E então ela questiona: “se a língua é uma forma que marca a nossa presença no mundo, se as mulheres, durante muito tempo foram silenciadas e invisibilizadas, como esperar que a língua registrasse marcas do segundo sexo se este sempre fora visto como o outro?” (OLIVEIRA, 2016, p. 35)

Assim, é na/pela língua que se mostram as assimetrias em relação as questões de gênero, aliás, a linguagem é uma das formas mais significativas e estruturantes das relações de poder. De acordo com

Nunes “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (NUNES, 2008, p. 120). O autor afirma que as próprias teorias linguísticas “não estão fora do político [...] Assim, ao fazer História das Ideias Linguísticas, estamos lidando com diferentes formas de política linguística que se apresentam nas teorias, nos instrumentos linguísticos [...]” (IDEM).

Nessa perspectiva, Nunes e Seligman (2003) fazem uma crítica em relação a transparência das definições e ao sentido literal, (re)afirmando que os sentidos dicionarísticos são dados historicamente:

Tanto as definições do dicionário como os sujeitos que as produzem (as posições de sujeito dos lexicógrafos) aparecem em determinados contextos históricos. A análise discursiva visa relacionar a superfície textual do dicionário (as seqüências textuais linguisticamente realizadas) com sua exterioridade, isto é, com suas condições de produção, incluindo-se aí o contexto enunciativo e o contexto mais amplo, ou seja, a conjuntura sócio-histórica de um período. Objetiva-se, desse modo, compreender o processo de produção dos sentidos, relacioná-los com a ideologia e mostrar as regularidades do funcionamento do discurso. (NUNES e SELIGMAN, 2003, p. 38)

Portanto, refletir sobre os verbetes dicionarizados implica colocá-los em relação com a historicidade para que então possamos compreender o porquê da ausência de alguns verbetes, o porquê da não marcação da flexão de gênero, ou ainda, o porquê de termos que adequar nossa leitura quando procuramos por determinadas palavras, já que o dicionário traz a definição como: “feminino de x” – sendo “x” uma palavra no masculino. Enfim, relações de gênero que se marcam igualmente na historiografia Sinopense e no modo como os jornais impressos trouxeram o termo *colonizadora* apenas como forma de nomear a empresa imobiliária, e nunca a mulher. Logo, entendemos que a linguagem materializa essas relações desiguais de gênero.

5. Considerações finais

Os verbetes dicionarizados, assim como o modo como a colonizadora Nilza fora retratada pela historiografia local e pelo jornalismo impresso, não se encontram isolados da ideologia constitutiva da historicidade que sempre permeou a vida das mulheres no Brasil, assim, analisar esses materiais de linguagem nos permitiu observar o resultado material dessas relações históricas, políticas e ideológicas.

Refletir sobre o modo como a colonizadora-mulher (Nilza) fora nomeada, ou seja, como *esposa do colonizador*, nos deu margem para problematizar e compreender os verbetes enquanto discursos não-secundários ao processo de produção capitalista, que reforça a assimetria em relação ao gênero. Assim, a mulher, ao mesmo tempo em que exerce atividades trabalhistas, cuja capacidade de administração se iguala a do homem, ela permanece invisibilizada pelo modelo patriarcal de sociedade.

Ao designar a *empresa imobiliária* responsável pela fundação da cidade como *colonizadora*, e a *mulher* como *Dona Nilza* ou *Esposa do Enio* (colonizador), entendemos que houve um processo de inscrição do sujeito redator/escritor em uma determinada rede de filiação de sentidos, sentidos estes, dados historicamente. A língua gramatizada e dicionarizada, que fora imposta por uma força institucionalizadora, traz consigo uma memória, e nesse caso, uma memória secular perpassada pela desvalorização do trabalho feminino.

Referências

- AULETE, **Dicionário** Caldas. Disponível em <<<http://www.aulete.com.br/>>> Acesso em 02 de setembro de 2019.
- AURELIO; **Dicionário de Português Online**. Disponível em <<<https://dicionariodoaurelio.com/>>> Acesso em 02 de setembro de 2019.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad.: Eni Puccineli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- GAMA KURY, Minidicionário da Língua Portuguesa. Editora: FTD, 2010.
- GRUPO-SINOP, Revista. “O passado nos orgulha e o futuro nos inspira”. **Revista Grupo Sinop**. Edição 04/2013.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mario de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e

Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda., Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Jornal **Diário de Cuiabá**. Cuiabá: 13 set/1974.

Jornal **Correio da Imprensa**. Cuiabá: 22 set/ 1974.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MAGNO, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. (Coord.:) JUNIOR, Raul Maia; PASTOR, Nelson. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1995.

MARIANI, Bethania (2003). “Políticas de colonização linguística”. In: **Revista do Programa de Pós Graduação em Letras**: Universidade Federal de Santa Maria, n. 27 – jul/dez 2003 (semestral), p. 73-82. Santa Maria: PPGL/UFSM.

MICHAELIS, Dicionário Online. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em 02 de setembro de 2019.

NUNES, José Horta. “Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngues no Brasil”. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.) **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

Stolze; CARMO, Laura do. “Uma articulação da Análise de Discurso com a História das Ideias Linguísticas”. In: **Revista do Programa de Pós Graduação em Letras**: Universidade Federal de Santa Maria, n. 37, v. 18, p. 107-124. Santa Maria: PPGL/UFSM.

NUNES, José Horta; SELIGMAN, Kátia. “Discurso lexicográfico: as reedições do dicionário de língua portuguesa de Moraes”. In: **ALFA**: Revista de Linguística, n.1, v. 47, p. 37-51. São Paulo: Unesp, 2003.

O CRUZEIRO, Revista. Cuiabá, 23 out/1974.

OLIVEIRA, Gabriela Gilvanda de. (2016). **Quando o gênero não é só uma questão de flexão**: mulher, representação e discurso social. Monografia (Graduação em Letras). Universidade Estadual da Paraíba.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) ORLANDI, Eni. **História das Ideias Linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da

língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Lexicografia Discursiva”. In: **ALFA**: Revista de Linguística, n. especial, v. 44, p. 97-114. São Paulo: Unesp, 2000.

PÊCHEUX, Michel. “Por uma análise automática do discurso”. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SANTOS, Luiz Erardi. **Raízes da história de Sinop**. Sinop: Midiograf, 2011.

SINOP, Prefeitura Municipal de. **Museu histórico de Sinop**. 2020. Disponível em <http://www.sinop.mt.gov.br/museu/?page_id=37> Acesso em 20 de agosto de 2020.

SOUZA, Pedro de. **Análise do Discurso**. Florianópolis: UFSC, 2011.
ZOPPI-FONTANA, Mônica. “Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei”. In: **Leitura** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística UFAL, n. 30 – jul/dez 2002 (semestral), p. 175-205. Maceió: UFAL.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

Notas

* Doutoranda em Linguística pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

** Doutora em Linguística pela Unicamp. Docente da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

¹ Utilizamos no “abstract” o termo *colonizing woman* para fazer referência ao termo *colonizadora*, uma vez que, não há termo/palavra correspondente na língua inglesa. *Colonizador* e *Colonizadora* se marcam igualmente na língua inglesa como *colonizer*, não havendo marcação do gênero gramatical feminino.

² A noção de *gênero* é pensada neste trabalho enquanto um construto histórico e ideológico que marca a dicotomia existente entre homens e mulheres, revelando uma assimetria em relação aos sexos. Nesse sentido, a mulher sempre fora tomada como inferior ao homem e, portanto, sempre fora invisibilizada em muitos aspectos.

³ Diferentemente do modo como os estruturalistas pensavam a língua – ou seja, enquanto um sistema de regras, fechado e organizado – que nos remete ao *completo*, ou

seja, ao *livre de falhas*, a partir da teoria da Análise de Discurso, passamos a conceber a língua não mais enquanto uma estrutura homogênea, mas, sobretudo, enquanto o lugar da falta, do furo, do lapso, do equívoco.

⁴ *Gleba Celeste* é o nome dado ao Núcleo Colonial Celeste, implantado pela Colonizadora Sinop S.A. na década de 60 e da qual se originou a cidade de Sinop.

⁵ WARMLING, Keila Rejane. **O Processo de (Re)ocupação do Norte Mato-Grossense: A Epopeia na Selva e a Capital do Nortão**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.

⁶ MAGNO – **Dicionário da Língua Portuguesa**; Coordenação Raul Maia Jr., Nelson Pastor. – São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1995.

⁷ HOUAISS, Antônio; **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**; Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

⁸ Gama Kury – Minidicionário de Língua Portuguesa/ Supervisão Adriano da Gama Kury; Organização Ubiratan Rosa. – 2.ed. – São Paulo: FTD, 2010.

⁹ Conceito utilizado pela Análise de Discurso materialista e que diz respeito ao *sujeito* e a *situação*, ou seja, refere as circunstâncias em que um determinado enunciado fora produzido. Essas circunstâncias podem ser representadas pelo *aqui/agora* (contexto imediato) ou pelo modo como a *memória discursiva é acionada*, fazendo valer determinadas significações (contexto histórico-ideológico).

¹⁰ Nos jornais impressos circulados na década de 70, bem como, nas revistas e nas obras de historiografia local não há menção ao trabalho exercido por Iolanda Loureiro de Carvalho, esposa do colonizador João Pedro Moreira de Carvalho. Ela não é mencionada enquanto atuante nos trabalhos do Grupo Sinop.

¹¹ Primeira escola fundada em Sinop, em 1974, e que carrega o nome da colonizadora Nilza.